



A GEOPOLÍTICA DO IMPERIALISMO, NEOLIBERALISMO E A GLOBALIZAÇÃO: CONSTRUINDO POSSIBILIDADES DE ARTICULAÇÃO

GEOPOLITICS OF IMPERIALISM, NEOLIBERALISM, AND GLOBALIZATION: BUILDING POSSIBILITIES OF ARTICULATION

LA GEOPOLÍTICA DEL IMPERIALISMO, EL NEOLIBERALISMO Y LA GLOBALIZACIÓN: CONSTRUYENDO POSIBILIDADES DE ARTICULACIÓN

Guilherme Augusto Cabreira

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Programa de Pós-Graduação em Geografia. Rio Claro, SP, Brasil. g.cabreira@gmail.com.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5811-1537>.

RESUMO

O presente artigo investiga a dinâmica capitalista contemporânea a partir da análise articulada entre a geopolítica do imperialismo, o neoliberalismo e a globalização. O objetivo central é compreender como esses três processos se articulam, convertendo-se em uma totalidade complexa que estrutura o modo de produção capitalista na atualidade. A metodologia aplicada consiste em uma revisão teórica que aborda cada conceito de forma individualizada para, em seguida, construir uma síntese de suas relações. Os resultados demonstram que o imperialismo contemporâneo, centrado nos EUA, atua extraindo valor da periferia; a globalização representa a fase de unificação do ciclo de acumulação do capital em escala mundial; e o neoliberalismo funciona como a doutrina político-econômica que reestrutura o Estado para atender esta ordem. Evidencia-se que no Brasil a confluência desses fatores resultou em um modelo periférico de inserção subordinada. Conclui-se que a articulação indissociável entre esses elementos redefine as relações de poder, consolidando uma nova forma de dependência e dominação sobre as economias periféricas.

Palavras-chave: Capitalismo Contemporâneo; Relações Centro-Periferia; Estado Neoliberal; Acumulação de Capital; Economia Política.

ABSTRACT

The present article aims to investigate the contemporary capitalist dynamic through an articulated analysis of the relationship between imperialism, geopolitics, neoliberalism, and globalization. The main objective is to comprehend how these three processes interrelate, converging into a complex totality that structures the capitalist production system in the modern world. The methodology applied consists of a theoretical review that reviews each concept individually to build an analysis of the synthesis of their relation to each other. The results demonstrate that modern imperialism, focused on the USA, works by appropriating surplus from the peripheral countries; globalization represents the unification phase of the capital accumulation cycle on a global scale; and neoliberalism functions as the political and economic doctrine that restructures the state to meet these demands. The confluency of these factors is evident in Brazil, resulting in a model of peripheral subordinated integration. It is possible to conclude

that the inseparable articulation between these elements redefines the relation of power, consolidating a new means of dependency and domination over the peripheral economies.

Keywords: Contemporary Capitalism; Center-Periphery Relations; Neoliberal State; Capital Accumulation; Political Economy.

RESUMEN

El presente artículo investiga la dinámica capitalista contemporánea a partir de un análisis articulado de la relación entre imperialismo, geopolítica, neoliberalismo y globalización. El objetivo principal es comprender cómo estos tres procesos se interrelacionan, convergiendo en una totalidad compleja que estructura el sistema de producción capitalista en el mundo moderno. La metodología aplicada consiste en una revisión teórica que aborda cada concepto individualmente para luego construir una síntesis de su interrelación. Los resultados demuestran que el imperialismo moderno, centrado en los EE. UU., opera apropiándose del excedente de los países periféricos; la globalización representa la fase de unificación del ciclo de acumulación de capital a escala global; y el neoliberalismo funciona como la doctrina político-económica que reestructura el Estado para atender a estas demandas. La confluencia de estos factores es evidente en Brasil, resultando en un modelo de integración periférica y subordinada. Se concluye que la articulación inseparable entre estos elementos redefine las relaciones de poder, consolidando una nueva forma de dependencia y dominación sobre las economías periféricas.

Palabras clave: Capitalismo Contemporáneo; Relaciones Centro-Periferia; Estado Neoliberal; Acumulación de Capital; Economía Política.

1 - Introdução

As relações socioeconômicas e geopolíticas do século XXI impõem um novo desafio analítico à compreensão da dinâmica capitalista contemporânea. Nossa proposta consiste em uma abordagem articulada da geopolítica do imperialismo, do neoliberalismo e da globalização, visando compreender as possíveis articulações entre estes conceitos na totalidade, representada pelo modo de produção capitalista em sua fase atual de desenvolvimento.

Para que isso seja possível, empregamos uma metodologia de análise dos referenciais que possa nos dar subsídios para extrair destes fenômenos políticos suas características fundantes enquanto processos político-econômicos que operam em escala internacional em períodos históricos distintos. Empregamos uma abordagem metodológica que avalia estes conceitos de forma individualizada, mas, compreende que a conexão entre estes processos forma uma totalidade complexa.

Desta forma, esta proposta estrutura-se em três subseções distintas, cada uma dedicada ao desenvolvimento de processos políticos distintos, cada qual com sua especificidade. Falamos, portanto, da: (I) Geopolítica do Imperialismo; (II) o Neoliberalismo; e (III) a Globalização. Orientados pela perspectiva de Silveira (1999), optamos por desenvolver as concepções sobre

esses processos de forma individualizada, buscando apreender a estrutura de funcionamento de cada conceito em sua particularidade histórica de desenvolvimento.

Sendo assim, é fundamental evidenciar que essa estratégia de análise individualizada não tem por propósito a fragmentação da realidade em estruturas particularizadas de análise, pelo contrário, buscaremos construir a concepção de que estes elementos representam engrenagens de funcionamento, que, quando articuladas em um conjunto coeso, contraditório e complexo, estruturam o funcionamento/reordenamento do modo de produção capitalista em escala global, sobretudo quando falamos de realidades periférico-dependentes.

Através desta perspectiva, temos por objetivo não apenas analisar as manifestações de cada processo separadamente, mas, sobretudo, construir as possibilidades de articulação entre eles, evidenciando como a geopolítica do imperialismo, o neoliberalismo e a globalização atuam de forma interdependente, estruturando a reprodução ampliada do capital em escala global. Propondo uma análise aprofundada e integrada, este artigo visa contribuir e trazer elementos para o debate acadêmico sobre as dinâmicas contemporâneas da economia global e suas repercussões, especialmente nos países da periferia do sistema capitalista, como o Brasil.

Devido ao fato de nos alinharmos a proposta de análise de Silveira (1999) optamos por desenvolver nossas concepções sobre os processos de forma individualizada, visando compreender a estrutura de funcionamento de cada conceito. Destacamos que a estratégia metodológica de análise individualizada dos processos representa uma das partes fundamentais da nossa proposta de análise, que é compreender as particularidades históricas, o desenvolvimento destes conceitos e a forma de articulação na totalidade, representado pelo modo de produção capitalista. Sendo assim, compreendemos que a geopolítica do imperialismo, o neoliberalismo e a globalização representam engrenagens de funcionamento articuladas em um todo coeso e complexo (totalidade) que estrutura o sistema capitalista.

2 – A geopolítica do imperialismo: do passado colonial aos desdobramentos contemporâneos

Propomos desenvolver inicialmente o conceito de imperialismo, que representa uma das dimensões do que compreendemos como a geopolítica do imperialismo. A escolha por esta estratégia fundamenta-se em uma lógica de razão histórica, pois o referencial teórico escolhido para esta fundamentação antecede as leituras que iremos nos basear para desenvolver o

fenômeno que dá nome a esta subseção, que por sua vez também utiliza, por muitas vezes, o livro por nós elencado para este breve momento.

A estratégia consiste em um movimento que busca analisar as leituras direto de sua fonte primária, evitando atravessamentos de terceiros (as), haja visto que o livro, considerado por muitas e muitos como uma leitura clássica sobre a teoria do imperialismo, é facilmente encontrado de forma gratuita em diversos domínios digitais.

Elegendo a obra de Lenin (1986) "O imperialismo, fase superior do capitalismo" como síntese paradigmática da interpretação do imperialismo oriundo da segunda revolução industrial, procuraremos analisar os eixos fundamentais do livro para aferirmos qual a aderência que ainda possui à realidade atual.

Ao escrever a obra, a autor identificou o surgimento de novos traços fundamentais que caracterizavam essa nova etapa de desenvolvimento do sistema capitalista; entre eles estavam o surgimento de associações monopolistas que partilhavam o mundo economicamente entre si e a constante exportação de capitais para territórios distantes (COSTA, 2013, p.174).

Esta última característica elencada ocorre mediante investimentos externos diretos, configurando-se como uma estratégia das economias centrais para extrair valor fora de suas fronteiras territoriais. Tal processo só é possível pelo fato destes países apresentarem um padrão de desenvolvimento que os propicia aplicarem seus capitais excedentes, alimentando a acumulação do capital.

Frente a este movimento de acumulação de capital, cujo às raízes remontam a processos históricos, podemos apontar que neste período houve um amadurecimento das relações capitalistas, pois, se anteriormente essa integração acontecia somente por meio da comercialização de produtos, na etapa monopolista do capital (imperialista), foi-se inserida uma nova variável:

O que caracterizava o velho capitalismo, no qual dominava plenamente a livre concorrência, era a exportação de mercadorias. O que caracteriza o capitalismo moderno, no qual impera os monopólios, é a exportação de capital (LENIN, 1986, p.61).

A Inglaterra torna-se, em meados do século XIX, o primeiro exportador de produtos manufaturados. Para o mundo, a exportação de capitais passa a tomar maiores proporções somente no início do século XX, onde as grandes potências imperialistas da época (Inglaterra, França e Alemanha) passam a investir capital massivamente em suas colônias espalhadas pelo

globo, fato que justifica a expressão ‘a partilha do mundo entre as associações capitalistas’. A exportação de capital tornou-se viável, pois:

A possibilidade da exportação de capitais é determinada pelo fato de uma série de países atrasados terem sido incorporados na circulação do capitalismo mundial, terem sido construídas as principais vias férreas ou iniciada sua construção, terem sido asseguradas as condições elementares para o desenvolvimento da indústria etc. (LENIN, 1986, p.62)

Vale destacar que durante o início deste processo, as relações econômicas aconteciam diretamente entre as potências mundiais e as suas colônias, e estas, por sua vez, passam a ser integradas na economia internacional de forma subordinada através dos investimentos realizados pelos países que competiam para garantir a hegemonia no cenário mundial.

Essa relação se materializava por meio de concessões de empréstimos financeiros voltados para a construção de infraestruturas necessárias para a industrialização. À medida que o capital adentrava estes territórios, as relações capitalistas passavam a se desenvolver de forma intensa.

O imperialismo representa o amadurecimento histórico das características centrais de funcionamento do capitalismo, entretanto, este processo de metamorfose só pode ser assegurado se as condições relativas à estrutura de produção atingirem um grau elevado de desenvolvimento, ao ponto de transformar substancialmente essas estruturas, conforme descreve Lenin (1986, p. 87):

[...] quando algumas das características fundamentais do capitalismo começaram a transformar-se [...] e se manifestaram em toda a linha os traços da época de transição do capitalismo para uma estrutura econômica e social mais elevada [...].

As características mencionadas que passam a se manifestar nesse processo de transição é a gradativa substituição da livre concorrência pelos monopólios, que passam a hegemonizar as relações econômicas, sendo esta etapa fundamental para o início do processo de transição em curso, ou seja, “a substituição da livre concorrência capitalista pelos monopólios capitalistas” (LENIN, 1986, p.87).

Recorrendo a uma abordagem histórica, podemos refletir acerca de como o processo de desenvolvimento do capitalismo proporciona, inevitavelmente, a constituição de grandes monopólios capitalistas, fenômeno que marca esta nova etapa. Este fato é resultado de um extremo grau de concentração de capital, proporcionando no interior da disputa capitalista um processo de concentração da produção.

A consolidação dos monopólios a partir do processo histórico de acumulação de capital, tem como reflexo a competição desigual entre empresas de menor porte, que por possuírem recursos produtivos limitados, passam a ser eliminadas através de diferentes estratégias pelos grandes conglomerados, que por sua vez buscam garantir a consolidação de sua hegemonia. Desta forma, a concentração avança também para a esfera produtiva, acarretando uma centralização intensa da produção em um número extremamente reduzido de empresas, se compararmos, por exemplo, com realidades que antecedem esta conjuntura.

Neste período, os monopólios se organizavam em grupos denominados cartéis, cujas estratégias eram orientadas visando garantir a centralização de múltiplos setores produtivos, objetivando consolidar a hegemonia no comando das relações econômicas por um grupo restrito de organizações empresariais. Como produto desta conjuntura, tem-se o fenômeno das fusões e aquisições, que é um dos mecanismos utilizados para eliminar a concorrência da disputa intercapitalista.

Para além, podemos observar também outro *modus operandi*, que consiste no fato de que:

Os cartéis estabelecem entre si acordos sobre as condições de venda, os prazos de pagamento etc. Repartem os mercados de venda. Fixam a quantidade de produtos a fabricar. Estabelecem os preços. Distribuem os lucros entre as diferentes empresas. (LENIN, 1986, p. 23)

Devido a essa cartelização operada pelas associações monopolísticas, observa-se no interior das relações econômicas uma mudança paradigmática no que diz respeito às formas de competição de mercado, pois como apontamos ao longo do capítulo, uma das condições necessárias para o surgimento dos monopólios reside na superação da livre concorrência, acarretando "o estrangulamento [...] de todos aqueles que não se submetem ao monopólio [...] (LENIN, 1986, p.27).

Assim, observa-se o surgimento de uma nova importante variável que, aliada ao fator da concentração de capital, tende a impulsionar de forma extremamente significativa a consolidação dos monopólios. Aqui, nos referimos ao emprego da técnica, compreendida como os mecanismos voltados ao aprimoramento dos processos produtivos, onde sua concentração age igualmente como uma ferramenta que impede o surgimento de novas empresas na concorrência de mercado:

[...] são precisamente as grandes proporções das empresas e seu elevado nível técnico que trazem consigo a tendência para o monopólio. Por um lado, a concentração determinou o emprego de enormes capitais nas empresas; por isso, as novas empresas

encontram-se perante exigências cada vez mais elevadas no que diz respeito ao volume de capital necessário, e esta circunstância dificulta o seu aparecimento. (LENIN, 1986, p.20)

Como produto deste fator, observa-se um fenômeno inovador no que diz respeito às estruturas organizacionais e produtivas das associações monopolísticas, que frente ao processo de competição, passaram a aprimorar seus processos produtivos para garantir sua viabilidade na disputa pela hegemonia de mercado. Tal movimento é chamado de combinação, que consiste na reunião de diferentes ramos da indústria em uma só empresa, ou seja, passa-se a operar em só empreendimento as diferentes etapas para a constituição de um produto final para a comercialização.

Pelo fato de o capitalismo atingir sua fase monopolista, a forma como seria feita a repartição global dos territórios pelas potências dominantes também tomariam novas configurações, cuja transformação deu-se justamente pelo aumento quantitativo e qualitativo no processo de acumulação do capital proporcionado por este momento histórico específico do modo de produção. Decorrente disto, a exportação de capitais passou a permear territórios que até então não estavam subordinados às nações dos centros hegemônicos de poder e, esta nova dinâmica, representa a transição das políticas coloniais clássicas para o colonialismo específico da etapa monopolista do capital.

Para sintetizar de forma breve e elucidativa, apontamos os traços fundamentais desta nova etapa do capitalismo, denominada imperialismo, que possui repercussões que atingem as relações econômicas em escala mundial, possuindo dinâmicas que buscavam consolidar e expandir ainda mais as relações econômicas, mas mantendo o seu caráter de submissão ao centro da economia capitalista:

[...]1. a concentração da produção e do capital levada a um grau de monopólio tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2. A fusão do capital bancário com o capital industrial e criação, baseada nesse capital financeiro da oligarquia financeira; 3. a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4. A formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e 5. O termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. (LENIN, 1986, p.88).

O sociólogo argentino Atilio Boron (2020) propõe em seu livro "América Latina en la geopolítica del imperialismo" uma revisão e atualização da teoria do imperialismo no começo do século XXI. O autor elabora uma síntese do que considera as principais manifestações deste processo na contemporaneidade (abarcando questões que envolvem a dimensão política,

econômica, geopolítica e militar), buscando compreender as repercussões destes processos para os países situados na periferia do sistema capitalista. O primeiro aspecto abordado vai de encontro a ideia que procuramos desenvolver ao longo deste capítulo: o imperialismo representa a fase superior do capitalismo e tem por objetivo reorganizar em escala mundial o processo de acumulação de capital:

a) Pese a todos los discursos que pretenden negar su existencia, el imperialismo continúa siendo la fase superior del capitalismo. Una fase que por su insaciable necesidad de acrecentar el pillaje y saqueo de los bienes comunes y las riquezas de todo el mundo adquiere rasgos cada vez más predatorios, agresivos y violentos, colocando objetivamente a la humanidad a las puertas de su propia destrucción como especie. (BORON, 2020, p.39)

Boron (2020) avança nas discussões deixando evidente que as cinco características fundamentais do imperialismo definidas por Lenin (1986) no século XX, permanecem válidas, embora a estrutura dos processos tenha sofrido metamorfoses, que por sua vez são reflexos da conjuntura específica do capitalismo globalizado do século XXI.

A próxima dimensão do imperialismo desenvolvida pelo autor, central no processo de desenvolvimento da presente pesquisa, coloca em evidência o processo de globalização como uma das facetas do capitalismo do século XXI. Para além, demonstra o papel geopolítico desempenhado por organizações internacionais cujas origens remontam a países dos centros hegemônicos de poder, como, por exemplo, o Fundo Monetário Internacional (FMI), que organizam suas ações visando garantir o interesse dos Estados do qual representam:

c) Al ser la globalización la fase superior del capitalismo, instituciones, reglas del juego e ideologías que el capitalismo global impuso a la salida de la Segunda Guerra Mundial permanecen en la escena. Lejos de desaparecer acentúan su gravitación: el bm, el fmi, el Banco Central Europeo, la omc, la oecd, el Banco Interamericano de Desarrollo (bid), la Organización de Estados Americanos (oea), la otan y otros organismos por el estilo permanecen firmes en sus puestos, redefiniendo sus funciones y sus tácticas de intervención en la vida económica, social y política de los pueblos, pero siempre invariablemente al servicio del capital. (BORON, 2020, p. 40-41)

Quando nos debruçamos sobre a Geopolítica do imperialismo contemporâneo, precisamos fazer referência ao papel central desempenhado pelos Estados Unidos da América como grande potência imperialista do século XXI. Esta conjuntura diferencia-se daquela onde Lenin (1986) formulou sua teoria, pois naquele período as disputas por territórios aconteciam entre um número maior de países, sobretudo do continente europeu que agora perderam espaço na corrida pela hegemonia:

d) Contrariamente a lo que ocurría en su fase clásica, el imperialismo actual tiene un centro indiscutido: Estados Unidos. Europa es un socio menor del sistema

imperialista, sin capacidad política, económica o militar para impedir siquiera los abusos y los atropellos que Estados Unidos hizo, y continúa haciendo, en la mismísima Europa. (BORON, 2020, p.41)

O processo de consolidação norte-americana remonta, segundo Amin (2006) ao período que sucedeu o fim da segunda guerra mundial, haja visto que os principais Estados que concorriam diretamente com os Estados Unidos tiveram seus territórios e economias destruídas. Entretanto, esta não seria a única questão determinante, haja visto o papel central do monopólio produtivo e tecnológico praticado por este país na corrida pela influência no cenário mundial no período pós-guerra.

Encontramos esta mesma abordagem nas contribuições de Dumenil e Lévy (2007) apontando que imperialismo na era neoliberal é caracterizado pela hegemonia norte-americana, que drena enormes fluxos de renda do resto do mundo. Os autores trazem o debate para a contemporaneidade, na medida em que insere nas análises o papel central dos EUA como grande centro político e econômico do mundo. Para eles, o imperialismo pode ser caracterizado pela:

[...] capacidade dos países mais avançados de extrair lucros do resto do mundo. Também está em jogo aqui a estrutura da acumulação, já que países imperialistas exportam seus capitais; mas também podemos observar que outros países investem seus capitais nos países do Centro. Trata-se diretamente de violência nesse processo de domínio. A violência econômica simples toma a forma da abertura das fronteiras comerciais e financeiras entre países de níveis de desenvolvimento muito diferentes, com conseqüências desastrosas para muitos países menos avançados [...] (DUMENIL e LÉVY, 2007, p.3)

Outro importante ponto destacado por Boron (2020) diz respeito às novas configurações que os monopólios passaram a se organizar no século XXI, haja visto que os processos observados no século XX pelas teorias clássicas foram aprofundados, atingindo novas esferas. Destaca-se a existência de cinco frentes onde o domínio é exercido por um número reduzido de agentes, representando a consolidação dos oligopólios modernos, característico do funcionamento do capitalismo contemporâneo, a citar:

[...] son cinco los monopolios (en verdad, oligopolios) que caracterizan al funcionamiento del capitalismo contemporáneo: el tecnológico; el control de los mercados financieros mundiales; el acceso oligopólico a los recursos naturales del planeta; el de los medios de comunicación y, por último, el de las armas de destrucción masiva. (BORON, 2020, p. 42)

Desta forma podemos concluir que a passagem do século XX para o XXI representa uma transição conceitual no que se refere aos processos de funcionamento do capitalismo: a literatura supera a ideia dos monopólios, relacionados às teorias clássicas do imperialismo e

passa a utilizar a noção de oligopólios, cujo movimento acompanha as novas dinâmicas de funcionamento do capitalismo na contemporaneidade.

Através desta atualização conceitual da teoria do imperialismo, podemos observar que a dimensão espacial dos estados nacionais em conjunto com o poder do sistema financeiro tem sido cada vez mais incorporada nos debates, possibilitando o desenvolvimento do que compreendemos como geopolítica do imperialismo contemporâneo. Conforme destaca Becker (2012, p. 17) a "A Geopolítica que queremos resgatar é a do reconhecimento sem fetichização da potencialidade política e social do espaço, ou seja, a do saber sobre as relações entre espaço e poder".

Esta perspectiva é intrínseca ao desenvolvimento do capitalismo do final do século XX, tendo em vista que a reorganização das relações de poder no espaço relaciona-se às mudanças no processo de acumulação capitalista. Por conseguinte, edificam-se novas estratégias construídas pelas grandes corporações que transformam seu discurso, mas mantém sua essência no que tange a materialização de suas intenções no espaço, principalmente nos países periféricos (BECKER, 2012).

O sistema capitalista, ao desenvolver suas relações, constrói de forma concomitante centros de domínio político-econômico e periferias dominadas, que, nesta lógica de dominação, convertem-se em territórios de extração de valor. Estas são as características próprias do processo de acumulação do capital operando em escala mundial:

O sistema mundial contemporâneo seguirá sendo, conseqüentemente, imperialista (polarizante) para qualquer futuro possível, enquanto a lógica fundamental de suas realizações siga dominada pelas relações de produção capitalistas. Esta teoria associa então o imperialismo com o processo de acumulação de capital em escala mundial, fato que considero como uma única realidade com diferentes dimensões indissociáveis (AMIN, 2006, p. 4)

Neste sentido, o imperialismo enquanto fenômeno político e econômico se transformou devido às condições específicas para a sua reprodução encontrada nas periferias do sistema capitalista, carecendo de estudos que compreendam os fundamentos sobre os quais se “alicerça uma geopolítica de dimensões globais, demanda a observação cuidadosa das condições de produção e reprodução nas economias periféricas ou dependentes.” (XAVIER, 2018, p 388).

Sendo assim, é possível encontrar no conceito de imperialismo associado a geopolítica ferramentas essenciais para compreender o funcionamento de algumas dinâmicas do sistema,

como os movimentos de capital, sua expansão territorial, as relações de poder que são construídas, etc.

Quando nos referimos a geopolítica do imperialismo contemporâneo, propomos compreender as disputas entre os Estados nacionais e seus diferentes mecanismos de intervenção, seja na forma de investimentos externos diretos ou das corporações multinacionais, na disputa pela hegemonia político-econômica a nível mundial. Neste sentido, compreendemos o espaço por meio de uma arena conflituosa que mescla diversos agentes e estruturas da sociedade que se atravessam em múltiplas escalas (CABREIRA, 2022).

Neste cenário, as economias periféricas, como é o caso brasileiro, assumem, por muitas vezes, posições de subordinação, aceitando, por muitas vezes, orientações que vem de fora de nossas fronteiras nacionais e possuem como objetivo garantir os interesses daqueles que sempre estiveram à frente nesta disputa, como é o caso do neoliberalismo.

2.1 - O neoliberalismo periférico brasileiro

Durante este tópico iremos desenvolver nossa concepção sobre o conceito de neoliberalismo, buscando articular, para além das questões políticas e econômicas que orientam esta doutrina, o panorama histórico de consolidação no Brasil. O nosso ponto de partida é orientado pela proposta analítica de Filgueiras (2006) que consiste em diferenciar conceitualmente três fenômenos: (I) Neoliberalismo; (II) Projeto neoliberal e (III) Modelo econômico neoliberal periférico.

Historicamente o nosso debate situa-se após a II Guerra Mundial nos continentes da América do Norte e Europa, onde, segundo Anderson (1995), temos a origem do que conceituamos como neoliberalismo, que representa uma doutrina político-econômica formulada pelos economistas Friedrich Hayek, Milton Friedman, entre outros. O desenvolvimento desta teoria parte de uma “crítica ao Estado de Bem-Estar Social e ao socialismo e através de uma atualização regressiva do liberalismo”. (FILGUEIRAS, 2006, p.179)

O livro que deu origem a difusão da doutrina neoliberal foi "O caminho da Servidão", escrito em 1944 por Friedrich Hayek, que, em linhas gerais, representava um ataque a racionalidade econômica da época (o Estado de bem-estar social) e uma primazia pela individualidade das pessoas e das empresas (CERQUEIRA, 2008). A obra citada demonstrava assim uma aversão

a processos de intervenção planejada do Estado na economia e no mercado para fins de regulação referindo-se, neste contexto específico a conjuntura inglesa:

Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciada como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política. O alvo imediato de Hayek, naquele momento, era o Partido Trabalhista inglês, às vésperas da eleição geral de 1945 na Inglaterra, que este partido efetivamente venceria. A mensagem de Hayek é drástica: “Apesar de suas boas intenções, a social-democracia moderada inglesa conduz ao mesmo desastre que o nazismo alemão – uma servidão moderna”. (ANDERSON, 1995, p.09)

Em 1947, no período pós-guerra, as bases do Estado de bem-estar passam a se espalhar para territórios situados fora do continente europeu, como uma estratégia voltada para recuperar as economias destruídas. Decorrente disto, Friedrich Hayek convoca uma reunião na Suíça com indivíduos que, para além de compartilharem de sua orientação ideológica, eram inimigos ferrenhos do modelo de Estado europeu que estava por se consolidar e do New Deal norte-americano. Entre os participantes encontravam-se os principais expoentes desta corrente, como Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupken, Walter Lipman, Michael Polanyi e Salvador de Madariaga (ANDERSON, 1995).

A partir deste encontro funda-se a Sociedade Mont Pèlerin a qual, de acordo com Cerqueira (2008), era uma organização de caráter franco-maçônico neoliberal altamente organizada que discutia suas ações estratégicas em encontros internacionais realizados a cada dois anos. Seu objetivo era “combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro” (ANDERSON, 1995, p.10).

Neste sentido, o papel do Estado deveria ser exatamente o contrário do modelo vigente à época: ao invés de garantir a diminuição da desigualdade através de políticas sociais, ele deveria proteger a ordem espontânea, intrínseca ao desenvolvimento do capitalismo. Estas ideias representaram a polêmica que prosperou durante aquele período, colocando em evidência a doutrina neoliberal, justamente por ir na contramão das tendências econômicas, sobretudo quando:

argumentavam que o novo igualitarismo (muito relativo, bem entendido) deste período, promovido pelo Estado de bem-estar, destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos. Desafiando o consenso oficial da época, eles argumentavam que a desigualdade era um valor positivo – na realidade imprescindível em si –, pois disso precisavam as sociedades ocidentais. (ANDERSON, 1995, p.12)

Esta doutrina encontrou diversas barreiras para a sua popularização, sobretudo durante as décadas de 50 e 60, que representaram o auge do desenvolvimento do capitalismo, apresentando altos índices de desenvolvimento, alicerçados sobre as bases do Estado de bem-estar social. Decorrente disto, as denúncias feitas por parte das análises neoliberais sobre o perigo das intervenções do Estado na economia não possuíam qualquer adesão à realidade concreta.

Entretanto, o ano de 1973 marca a chegada de uma profunda crise no modelo econômico pós-guerra, que associou, pela primeira vez, altas taxas de inflação com índices baixos de crescimento, proporcionando terreno fértil para a execução das teses neoliberais, que encontram sucesso em períodos de espiral inflacionária (CERQUEIRA, 2008).

A explicação para esta crise segundo a doutrina neoliberal residia no poder excessivo de negociação política dos sindicatos e do movimento operário, os quais por meio das pressões reivindicavam melhorias no salário e aumentaram significativamente os gastos sociais do Estado, corrompendo as bases naturais do processo de acumulação capitalista. A soma destes dois processos resultava na redução das taxas de lucros das empresas, desencadeando processos inflacionários que por sua vez levavam a uma crise generalizada das economias de mercado.

A solução proposta para a crise eminente passava, necessariamente, por reformulações nas funcionalidades do Estado, sobretudo no que se refere ao enfrentamento dos movimentos sindicais organizados, na supressão dos gastos sociais e da não intervenção estatal na economia de mercado. Conforme Anderson (1995, p.14), “o remédio, então, era claro: manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas”.

As primeiras experiências práticas do neoliberalismo em países do centro do capitalismo aconteceram no final do ano de 1979, representados pelos governos de Margaret Thatcher (primeira-ministra do Reino Unido de 1979 - 1990) e de Ronald Reagan (Presidente dos EUA no período de 1981 - 1989), comprometidos abertamente, cada qual de acordo com suas especificidades, com o programa formulado pela sociedade Mont Pèlerin.

Segundo Anderson (1995), o modelo inglês foi o mais pioneiro e puro, pois seguiram à risca o receituário através de estratégias que buscavam: (I) contrair a emissão monetária; (II) elevar as taxas de juros; (III) baixar drasticamente os tributos sobre grandes fortunas; (IV) abolir

controles sobre fluxos financeiros; (V) aumentar os níveis de desemprego; (VI) sufocar as greves operárias através da imposição de políticas anti-sindicais e (VII) cortar gastos sociais.

A particularidade do modelo inglês reside em uma característica que chegou tardiamente, mas que é central para a nossa pesquisa: a execução por parte da então primeira ministra inglesa de um amplo processo de privatizações, que se iniciou pela habitação pública, avançando para as indústrias básicas dos setores de aço, eletricidade, petróleo, gás e água.

Este movimento representou a supressão da participação do Estado na economia enquanto agente produtor e regulamentador por meio da política de desestatização, cujo pacote de medidas representou a mais ambiciosa e sistemática das experiências neoliberais em países do centro do capitalismo (CERQUEIRA, 2008).

A experiência norte-americana foi bem distinta da inglesa, sobretudo pelo fato da não existência de um Estado de bem-estar social aos moldes europeus. Os enfoques empregados pelo então presidente Ronald Reagan estavam concentrados em torno da dimensão geopolítica: a competição militar com a União Soviética, concebida como a estratégia para destruir a economia inimiga, abalando o governo comunista da Rússia.

Deste fato reside um componente central em qualquer experiência neoliberal: o anticomunismo. Segundo Hayek, a ideologia comunista representava a mais completa das servidões humanas, e este fato fortaleceu o poder de propagação da doutrina defendida por este autor, adentrando os movimentos de direita da Europa e da América do Norte, ameaçados pela expansão da União Soviética.

Na América Latina, o primeiro laboratório do neoliberalismo foi o Chile. A experiência chilena, representou, através da ditadura de Pinochet (1973-1990), a mais verdadeira e pioneira experiência do ciclo neoliberal da história contemporânea, que tal qual as outras, possuía suas particularidades. Neste caso específico, o desenvolvimento da doutrina foi garantido através da supressão da democracia por uma das ditaduras militares mais cruéis do período pós-guerra, entretanto, como destaca Anderson (1995, p.22) “a democracia em si mesma – como explicava incansavelmente Hayek – jamais havia sido um valor central do neoliberalismo”.

De acordo com Cerqueira (2008) o programa neoliberal da ditadura de Pinochet foi aplicado de maneira dura, e buscava, em linhas gerais: (I) A desregulação da economia; (II) desemprego massivo; (III) repressão sindical; (IV) redistribuição de renda em favor dos ricos e (V)

privatização dos bens públicos. Podemos observar que, mesmo existindo particularidades entre as realidades inglesa, Estadunidense e chilena, elas seguem o padrão neoliberal de políticas que buscam rearranjar o papel do Estado na economia, o que não viria a ser diferente no caso brasileiro.

O Brasil foi um dos últimos países da América Latina a implementar uma proposta de projeto neoliberal; tal fato deu-se em função de características específicas da conjuntura política brasileira. Filgueiras (2006) demonstra a dificuldade em construir um novo pacto nacional em que os interesses de todas as classes dominantes fossem atendidas e por outro, a forte atividade sindical organizada pelos trabalhadores, na década de 1980, expresso através da criação de importantes organizações de massa, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST).

Desta forma, podemos afirmar que o neoliberalismo brasileiro e o seu programa político foi se constituindo como resultado das disputas políticas entre as classes. A concepção adotada por nós demonstra que não havia um projeto neoliberal prévio, acabado, a ideia é que ele foi se desenhando a partir da luta de classes e este fato somado às características próprias da formação econômico-social brasileira.

Por conta das especificidades de cada país, o modelo neoliberal aplicado no Brasil foi diferente do chileno. Frente a isso, o neoliberalismo se expressou num programa político-econômico específico para o Brasil, como resultado das disputas entre a burguesia e as classes trabalhadoras.

O ano de 1989 marca o período em que o projeto neoliberal supera o campo meramente doutrinário e passa a se constituir como um programa político apoiado por diversas frações do capital, apontando que a crise que o país atravessava por meio da espiral inflacionária tinha um caráter estrutural e que ambos os projetos que disputavam o controle da política econômica brasileira, a citar a corrente '*monetarista*', braço direito do neoliberalismo – e a autoproclamada '*desenvolvimentista*' braço esquerdo do ordenamento do capital eram incapazes de oferecer uma resposta adequada à conjuntura (SAMPAIO JR., 2012).

A partir da eleição de Fernando Collor (1990) o neoliberalismo, que já havia adentrado na maior parte da América Latina chega ao Brasil, através do discurso que buscava combinar a abertura da economia com o processo de privatizações, possuindo como alvo privilegiado da crítica a

Constituição de 1988, por apresentar artigos que vão na contramão das idéias do projeto neoliberal.

O processo de consolidação do neoliberalismo enquanto um projeto político foi apoiado por diversas frações das classes dominantes da sociedade brasileira e a sua vitória estimulou a transnacionalização de grandes grupos econômicos nacionais e o fortalecimento da burguesia brasileira (FILGUEIRAS, 2006). Nesta nova configuração política do Brasil, os principais beneficiados pelo projeto neoliberal eram as classes que compunham o bloco dominante, sendo elas:

[...]faz parte da fração hegemônica, do bloco dominante: o capital financeiro internacional –expresso na movimentação dos fundos de pensão, dos fundos mútuos de investimentos e dos grandes bancos dos países desenvolvidos–; os grandes grupos econômico-financeiros nacionais, que conseguiram sobreviver, até aqui, ao processo de globalização, em função de sua capacidade competitiva ou através da associação (subordinada) com capitais estrangeiros; e o capital produtivo multinacional (associado ou não ao capital nacional). (FILGUEIRAS, 2006, p. 183-184)

Para além, o projeto neoliberal contou com a adesão tardia da classe média alta, sobretudo os novos ricos, que possuíam aversão a qualquer política relacionada ao Estado de bem-estar social. A demora na popularização deste projeto aconteceu por causa de especificidades da estrutura produtiva do Brasil, onde o processo de abertura comercial, proposto através de reformas estruturais, atingiria de forma diferenciada os setores da produção industrial e agro-industrial, ocasionando uma disputa que “se dava em torno do ritmo e amplitude que abertura deveria assumir” (FILGUEIRAS, 2006, p.185).

O projeto neoliberal brasileiro estava comprometido em garantir as reformas orientadas para o mercado, através da proposição de um conjunto de alterações na economia que atuavam em pelo menos quatro dimensões estruturais: (I) a relação capital/trabalho; (II) a relação entre as distintas frações do capital; (III) a inserção internacional (econômico-financeira) do país e (IV) a estrutura e o funcionamento do Estado. Em linhas gerais, a experiência nacional fundamenta-se através de:

(i) abertura comercial, que significa a eliminação de alíquotas de importação, a centralização de tarifas alfandegárias e a eliminação ou redução de barreiras não tarifárias; (ii) liberalização financeira, que ocorre por meio da eliminação ou redução dos programas de crédito dirigido, da eliminação dos controles sobre taxas de juros, da reforma da legislação bancária e do mercado de capitais; (iii) liberalização do regime de investimentos estrangeiros, que implica a quebra de monopólios em áreas estratégicas e o fomento aos movimentos de fusões e aquisições, recompondo a malha empresarial doméstica, agora com ampla participação de empresas estrangeiras; (iv) privatizações de serviços públicos e empresas estatais; (v) a desregulamentação do mercado de trabalho, caracterizada pela redução do orçamento de instituições de

seguridade social, o fomento à prática de terceirização, a exclusão da excepcionalidade do regime de contratação por tempo determinado, a subcontratação, a disseminação de contratos de aprendizagem e formação. (MASSIMO, 2013, p. 135)

Como encerramento das discussões, demonstra-se que o processo de aplicação e evolução do projeto neoliberal brasileiro, passou, de acordo com Filgueiras (2006) por três períodos distintos: (I) a sua fase inicial, em 1990, bastante turbulenta, onde o governo Collor aplicou as primeiras ações concretas de natureza neoliberal; (II) a fase de ampliação e consolidação da nova ordem econômico-social neoliberal, através de Fernando Henrique Cardoso e (III) momento de aperfeiçoamento e ajuste do novo modelo, no qual amplia-se e se consolida a hegemonia do capital financeiro, através do segundo governo Fernando Henrique Cardoso e o início do governo Luiz Inácio Lula da Silva.

2.2 - O processo de globalização: da gênese a atualidade

Esta subseção será dedicada ao desenvolvimento do conceito de globalização, partindo de uma perspectiva centrada principalmente nas discussões econômicas sobre este fenômeno. A ressalva torna-se importante haja visto que os processos de globalização abarcam, em essência, questões que podem ser interpretadas através de diferentes métodos analíticos.

A globalização representa uma nova etapa em curso na economia mundial, provocando um conjunto de novos fenômenos na vida social da humanidade, na economia, política, nas relações capital-trabalho (COSTA, 2013). Apontando para o desafio de procurar compreender os dados dessa nova realidade de forma não dogmática, objetivamos neste momento extrair as consequências analíticas e teóricas desta fase do capitalismo na contemporaneidade.

As últimas décadas do século XX foram marcadas por transformações econômicas, territoriais e sociais que tornaram o mundo atual distinto de outras épocas históricas. A geopolítica internacional deste período é representada, de acordo com Oliveira (2015) pelo fim do socialismo na URSS e pela vitória da ideologia burguesa, sendo que desse momento em diante passamos a observar um processo de reordenação territorial do capitalismo mundial.

Observa-se a partir desta conjuntura político-econômica específica o processo de reprodução ampliada do capital, agora operando sobre escala global. A diferença deste período, se comparado com o início do século XX, reside no fato da expansão das relações capitalistas atingirem países que em outros momentos eram organizados através de experiências socialistas

ou economias centralmente planejadas. Para além, "a globalização causa impactos inclusive nas nações tradicionalmente organizadas em moldes capitalistas "emergentes" ou "dominantes", centrais ou periféricas, ao norte ou ao sul". (IANNI, 1998, p.28)

Desta forma, a utilização dos termos global e globalização surge inicialmente não como reflexo da produção intelectual e acadêmica, mas como propaganda ideológica da burguesia que buscava legitimar o processo de reordenação global pelo qual o capital passava no final do século XX (OLIVEIRA, 2015). Do ponto de vista científico, este período representa a consolidação de um novo paradigma epistemológico nas ciências humanas, demonstrando que:

O seu objeto transforma-se de modo visível, em amplas proporções e, sob certos aspectos, espetacularmente. Pela primeira vez, são desafiadas a pensar o mundo como uma sociedade global. As relações, os processos e as estruturas econômicas, políticas, demográficas, geográficas, históricas, culturais e sociais, que se desenvolvem em escala mundial, adquirem preeminência sobre as relações, processos e estruturas que se desenvolvem em escala nacional [...] (IANNI, 1994, p. 147)

Durante esta época, as análises em escala nacional perderam a sua relevância, pois a noção de sociedade global proposta pela ideologia da globalização era, do ponto de vista analítico, central para o desenvolvimento do sistema capitalista. Portanto, era necessário a construção de novos recursos metodológicos e conceituais para fundamentar a compreensão das novas dinâmicas globais que estavam em evidência.

Para que o processo de reordenamento territorial do capital que estava por trás do discurso da globalização se consolidasse, foi necessário construir as condições político-econômicas favoráveis ao desenvolvimento da nova configuração do modo de produção capitalista. E a partir desta constatação observamos que "o que predomina, na época em que se dá a globalização, é a visão neoliberal do mundo." (IANNI, 1998, p.27).

Isto se dá pelo fato de que a globalização exige a reestruturação do Estado dentro dos moldes aspirados pela doutrina neoliberal, através da privatização de empresas produtivas estatais, dos imperativos universais da desregulação financeira, a não intervenção governamental nos processos econômicos, e, por fim, a modificação das relações entre sociedade e Estado, pois neste modelo, os serviços básicos de saúde, educação, transporte, habitação e previdência devem ficar a cargo da iniciativa privada. Ianni (1998) demonstra que estas reformas buscam adaptar as economias nacionais às regras da globalização econômica, que por sua vez, é condição necessária do processo de reprodução ampliada do capital, agora operando sobre a escala global.

Trata-se, portanto, de reconhecer a articulação sistêmica entre neoliberalismo e globalização (IANNI, 1998). Os projetos neoliberais apontavam a necessidade de formação de ‘Estados Mínimos’, que por sua vez eram os agentes responsáveis por criar as legislações que garantissem: (I) Liberalização total do comércio; (II) Livre circulação de capitais internacionais; (III) Abertura das economias nacionais para a entrada de multinacionais; (IV) Suspensão do protecionismo econômico e (V) Quebra dos monopólios via privatização de empresas estatais (OLIVEIRA, 2015).

Este conjunto de ações buscavam deixar o poder estatal distante de quaisquer empreendimentos econômicos e funções sociais que possam gerar lucro às classes dominantes nacional e internacional, condição fundamental para a reprodução ampliada do capital no período da globalização econômica que está se desenvolvendo (IANNI, 1998).

A reprodução ampliada do capital, característica do período da globalização, acontece mediante a internacionalização das forças produtivas e das relações de produção (COSTA, 2013). Ela se desenvolve através de estratégias de concentração do lucro e da centralização do capital por mecanismos de fusões e aquisições de empresas menos dinâmicas e periféricas por parte dos grandes oligopólios mundiais. Tal processo representa a forma sobre como o capital em suas diversas formas atravessa territórios e fronteiras, globalizando-se:

Esse processo estava fundado na formação, compra e fusões de oligopólios econômicos que monopolizaram a economia em termos mundiais. Como novidade, formaram-se também em termos mundiais os monopólios constituídos nos países emergentes, fruto da ascensão internacional de setores das burguesias nacionais com apoio do Estado. Estas associações entre empresas monopolistas nacionais e empresas monopolistas internacionais transformaram ambas, em empresas mundiais. Assim, o capital mundial disseminou-se pelos países emergentes fazendo alianças com setores das burguesias nacionais, transformando-os em capitalistas mundiais. (OLIVEIRA, 2015, p.230)

Durante a década de 1990, importantes intelectuais procuraram construir uma explicação científica para o conceito de globalização, dentre os quais destacamos as análises feitas por brasileiros, representados pelo geógrafo Milton Santos (2000) e o sociólogo Octavio Ianni (1995). Muitos foram os debates e caminhos percorridos para interpretação deste processo, desdobrando-se em compreensões que o entendiam, de acordo com Ianni (1998): (I) Maquinação ideológica do neoliberalismo; (II) Os que distinguem mundialização e globalização e (III) Globalização como uma nova face do imperialismo.

No interior destas abordagens, os autores percorreram por um ou outro caminho analítico. Entretanto, existiam aqueles que procuravam estabelecer conexões entre as abordagens, entendendo que o mundo não era mais o mesmo desde o ano de 1970 (OLIVEIRA, 2015). Dentre eles estava Milton Santos, que em sua análise enfatizava a importância deste novo período da história, que por sua vez possuía suas características próprias:

A globalização é o estágio supremo do imperialismo, mas não é o imperialismo. Devemos evitar aquilo que Marx chamava de erro do século, isto é, definir uma condição histórica como se ela fosse uma condição já passada. A globalização é coisa nova, inteiramente nova [...]. Por conseguinte, a globalização deve ser tratada como um período histórico, isto é, um momento da vida da humanidade, com suas características próprias, diversas do passado mais recente e susceptíveis, pela sua realidade, de ser incluídas num processo de elaboração teórica. (SANTOS, 2000, p.15)

O autor procurava demonstrar que, em linhas gerais, a globalização pode ser compreendida como o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista. Para ele, é possível observar no interior deste processo a existência de dois discursos possíveis: O primeiro seria o mundo tal como nos fazem vê-lo: a globalização como fábula; o segundo seria o mundo tal como ele é: a globalização como perversidade (Santos, 2000).

O discurso da globalização como fábula, amplamente divulgado por meios de comunicação e por organismos internacionais, fundamenta-se na ideia de que todos os elementos da estrutura social usufruem de forma igualitária dos benefícios advindos deste período. Desta forma: Fala-se, por exemplo, em aldeia global para fazer crer que a difusão instantânea de notícias realmente informa as pessoas. A partir desse mito e do encurtamento das distâncias – para aqueles que realmente podem viajar – também se difunde a noção de tempo e espaço contraídos. É como se o mundo se houvesse tornado, para todos, ao alcance da mão. [...] Fala-se, igualmente, com insistência, na morte do Estado, mas o que estamos vendo é seu fortalecimento para atender aos reclamos da finança e de outros grandes interesses internacionais, em detrimento dos cuidados com as populações cuja vida se torna mais difícil. (SANTOS, 2000, p.9-10)

Este discurso ideológico mascara muitos problemas que envolvem o processo tal como ele é: a globalização como perversidade. A noção difundida de que vivemos em um mundo sem fronteiras, fundamenta-se em uma das afirmações tradicionalmente utilizadas quando falamos deste conceito: estamos vivendo em um mundo cada vez mais interdependente. Analisando criticamente a assertiva, é possível observar que ela mascara as assimetrias de poder existentes, sobretudo quando falamos de relações entre centro e periferia:

até porque interdependência não quer dizer, necessariamente, que todos são igualmente dependentes nessa ordem mundial de interdependência generalizada.” [...] Assim, a interdependência contém, embutida dentro de si, relações hierárquicas de poder que, se não consideradas, faz com que deixemos de fora um componente decisivo, constitutivo mesmo, da ordem mundial que se vem desenhando.” (GONÇALVES, 2006, p. 22-23)

A globalização em curso na economia mundial emerge então como uma nova fase do capitalismo, representando o período em que o modo de produção atingiu um novo patamar de desenvolvimento, transformando-se, de acordo com Costa (2013) em um sistema mundial. Até o período que antecede a passagem do século XX para o XXI, as relações econômicas internacionais operavam com ênfase em duas variáveis, o comércio mundial e a exportação de capitais. Entretanto, ao expandir estas relações para as esferas produtiva e financeira, e para outros campos da vida social, como a cultura e a informação, o sistema unificou em escala global o ciclo de acumulação do capital. Ianni (1995) faz uma síntese desta relação:

Desde o princípio, o capitalismo revela-se como um modo de produção internacional. Um processo de amplas proporções que, ultrapassando fronteiras geográficas, históricas, culturais e sociais, influencia feudos e cidades, nações e nacionalidades, culturas e civilizações. [...] Em sua marcha pela geografia e história, influenciou decisivamente os desenhos dos mapas do mundo, com os desenvolvimentos da acumulação originária, do mercantilismo, do colonialismo, do imperialismo, do multinacionalismo, do transnacionalismo e do globalismo. Ainda que tenha sido sucessiva e simultaneamente nacional, regional e internacional, juntamente com sua vocação colonialista e imperialista, o capitalismo se torna no século XX um modo de produção não só internacional, mas propriamente global. (IANNI, 1995, p. 135-136)

O processo de amadurecimento internacional por qual o capitalismo passa através das transformações dialéticas oriundas do período da globalização impôs ao grande capital a urgência de um reordenamento dos monopólios globais. Estes, por sua vez, acontecem mediante estratégias de mega-fusões e incorporações nos setores industrial, bancário e de serviços, cujo terreno institucional para garantir o sucesso de tais operações foi preparado pelos projetos neoliberais específicos de cada país (COSTA, 2013).

Nesta constatação reside a intersecção entre os conceitos de geopolítica do imperialismo, neoliberalismo e globalização, pois esta conjuntura introduz uma nova configuração na disputa intercapitalista pela hegemonia mundial, travada pelos países do centro do capitalismo e suas corporações.

3 – Conclusão

A proposta aqui desenvolvida procurou utilizar os arcabouços teóricos e metodológicos da ciência geográfica, sobretudo os conceitos das áreas da geopolítica, geografia econômica e economia política para compreender de que forma o projeto do imperialismo e do neoliberalismo se entrelaçaram no Brasil.

Procuramos demonstrar a articulação indissociável entre a geopolítica do imperialismo, o neoliberalismo e a globalização, elementos que, atuando em conjunto, foram responsáveis pela reorganização do capitalismo em escala mundial.

A geopolítica do imperialismo, que se manifesta na supremacia dos monopólios e na exportação de capital, tem no século XXI os Estados Unidos como grande epicentro. Este processo, que na sua fase clássica envolvia disputas entre diversas potências, hoje se caracteriza pela capacidade dos países centrais de extrair lucros fora de suas fronteiras territoriais, através da imposição de políticas econômicas para os países periféricos como a abertura indiscriminada de suas fronteiras comerciais e financeiras, como condição fundamental para as relações entre centro e periferia no capitalismo globalizado.

Os países periféricos, como é o caso brasileiro ao aceitar o receituário do projeto neoliberal imposto através de estratégias de dominação, como o consenso de Washington, inserem-se na economia globalizada de forma subordinada, reconfigurando as relações entre centro e periferia

Neste cenário, a globalização representa a fase mais avançada do capitalismo, reordenando as relações econômicas em escala mundial e unificando o ciclo de acumulação do capital, impulsionando a internacionalização das forças produtivas e das relações de produção.

O neoliberalismo, por sua vez, atua como a doutrina político-econômica que estrutura a reconfiguração do Estado para atender às demandas dos países centrais no período da globalização. Ele promove a desregulação econômica, a privatização e a supressão de gastos sociais, fundamentais para a reprodução ampliada do capital na era globalizada. No Brasil, a implementação do neoliberalismo não foi um processo preexistente, mas se configurou a partir das disputas de classe e das particularidades socioeconômicas do país. Isso resultou em um modelo econômico neoliberal periférico, com a transnacionalização de grandes grupos econômicos e o fortalecimento da burguesia nacional, que aderiu ao projeto imposto pelos países centrais do capitalismo.

Sinteticamente, a geopolítica do imperialismo contemporâneo, impulsionada pela globalização e consolidada pelo neoliberalismo, redefine as relações de poder através da reorganização do ciclo de acumulação do capital em escala mundial. Essa articulação resulta em uma nova forma de subordinação de economias periféricas, que se tornam territórios de extração de valor, valores estes que retornam para os países centrais do modo de produção capitalista.

Trata-se, portanto, de três processos que ocorrem de forma interligada, que se retroalimentam, transformando a realidade socioeconômica global e as relações de “interdependência” entre centro e periferia, mascarando, portanto, as relações de dominação vigentes na era do capitalismo globalizado.

Referências

AMIN, S. Geopolítica do imperialismo contemporâneo. **Revista Novos Rumos**, Marília, v. 21, n. 45, 2006.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: EMIR, S.; GENTILI, P. G. (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BECKER, B. K. A geografia e o resgate da geopolítica. **Espaço Aberto**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 117-150, 2012.

BORON, A. **América Latina en la geopolítica del imperialismo**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Luxemburg, 2020.

CABREIRA, G. A. **A geopolítica do imperialismo: continuidades, discontinuidades e transformações do processo neoliberal de privatização do território brasileiro no período de 1995 a 2011. 2022**. 145 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2022.

CERQUEIRA, J. B. A. de. Uma visão do neoliberalismo: surgimento, atuação e perspectivas. **Revista Sitientibus**, Feira de Santana, n. 39, p. 169-189, 2008.

COSTA, E. **A crise econômica mundial, a globalização e o Brasil**. São Paulo: ICP, 2013.

DUMENIL, G.; LEVY, D. Neoliberalismo: neo-imperialismo. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 16, n. 1, p. 1-19, 2007.

FILGUEIRAS, L. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: BASUALDO, E. M.; ARCEO, E. (Org.). **Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales**. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

GONÇALVES, C. W. P. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

IANNI, O. Globalização: novo paradigma das ciências sociais. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 8, n. 21, p. 147-164, 1994.

_____. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

_____. Globalização e neoliberalismo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 27-32, 1998.

LENIN, V. I. **O imperialismo, fase superior do capitalismo**. São Paulo: Alfa Omega, 1986.

MASSIMO, L. Como se explica o neoliberalismo no Brasil? Uma análise crítica dos artigos publicados na Revista Dados. **Revista de Sociologia e Política**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 47, p. 133-153, 2013.

OLIVEIRA, A. U. A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira. **Geosp – Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 229-245, 2015.

SAMPAIO JR., P. A. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. Artigos • **Serviço Social & Sociedade** (112). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-66282012000400004>. Acesso em: dez. 2012.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SILVEIRA, M. L. Uma situação geográfica: do método à metodologia. **Revista Território**, Rio de Janeiro, n. 6, 1999.

XAVIER, G. L. O imperialismo na América Latina e a atualidade da teoria marxista da dependência. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 387-396, 2018.